

ORIGENS HISTÓRICAS DA IUGOSLÁVIA: ETNIAS, IMPÉRIOS E GEOPOLÍTICA NOS BÁLCÃS

A formação da Iugoslávia refletiu disputas imperialistas nos Bálcãs; a diversidade étnico-religiosa, tensões nacionalistas e intervenções estrangeiras moldaram a instabilidade crônica da região.

Marco Antonio de Freitas Coutinho*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Este artigo tem como objetivo oferecer um panorama histórico da formação da Iugoslávia, destacando os fatores étnicos, imperialistas e geopolíticos que moldaram os Bálcãs ao longo do século XX.

A problemática que orienta esta análise pode ser formulada da seguinte maneira: o processo de evolução geopolítico nos Bálcãs deu origem a um interesse nacional alemão em criar uma esfera de influência germânica nessa área?

A hipótese de trabalho é que sim, houve a consolidação de um interesse alemão nos Bálcãs, e que esse processo trouxe consigo reflexos profundos para o futuro da Iugoslávia.

A metodologia adotada baseia-se em análise bibliográfica, com referência a obras como *Yugoslavia: A Concise History* de Leslie Benson, *Understanding Yugoslavia* de Rick Steves, *NATO and the Fall of Yugoslavia* publicado pela Pambazuka News e *A Brief History of the Balkans (Yugoslavia)* da Sovereign Limits.

Cabe destacar que esta hipótese é exploratória e não conclusiva neste artigo. O objetivo é preparar o terreno para um projeto maior, que irá se chamar “Entendendo as Origens da dissolução da Iugoslávia”, no qual a questão será aprofundada em etapas posteriores.

RAÍZES HISTÓRICAS DOS BÁLCÃS

A região dos Bálcãs sempre se caracterizou por uma profunda diversidade étnica e religiosa. Sérvios, croatas, eslovenos, bósnios, albaneses e macedônios compõem um mosaico de povos que, ao longo dos séculos, desenvolveram identidades próprias, mas também compartilharam espaços de convivência e conflito. Como observa Benson (2001, p. xiii), “*a pluralidade cultural e religiosa dos Bálcãs tornou-se um dos fatores centrais da instabilidade política da região*”.

Essa instabilidade foi reforçada pelo sistema do *millet*, instituído pelo Império Otomano, que concedia às comunidades religiosas não-muçulmanas autonomia para administrar seus próprios assuntos internos, como casamento, divórcio e educação, sob supervisão do Estado. Segundo Aviv (2016), o termo *millet* originalmente significava “religião” ou “comunidade religiosa”, mas no século XIX passou a se aproximar da ideia de “nação”. Esse arranjo permitiu uma convivência relativamente pacífica, mas também institucionalizou diferenças que seriam exploradas posteriormente em disputas nacionalistas.

Bor (2025) destaca que o sistema foi “*extraordinário e eficaz*” para garantir a coexistência de muçulmanos e não-muçulmanos, funcionando como chave da ordem social otomana.

As Reformas Tanzimat (1839–1876), iniciadas com o Édito de Gülhane (1839) e o Hatt-ı Hümayun (1856), prometeram igualdade legal entre muçulmanos e não-muçulmanos, reorganizaram a administração provincial e modernizaram o exército. Como destaca a *Encyclopaedia Britannica* (2025), o Tanzimat buscava

“preservar a integridade do Império diante da pressão europeia, promovendo reformas legais e administrativas”. Nesse contexto, Clements (2025) observa que o sistema do millet se transformou em um paradigma moderno de diferença, reorganizando a vida política e social do Império Otomano.

Em síntese, a pluralidade étnico-religiosa e a disputa imperial moldaram os Bálcãs como uma zona de contato múltipla entre impérios. Essa constante rivalidade transformou a região em um espaço de instabilidade crônica, onde alianças e fronteiras se modificavam com frequência. É fundamental destacar, contudo, que até este momento histórico não se pode afirmar a existência de um interesse nacional alemão consolidado. O que se observa é a presença indireta da Alemanha por meio da Monarquia Austro-Húngara, sem que isso configure, de forma conclusiva, uma política alemã própria para os Bálcãs. Como sintetiza Rick Steves (2019), *“os Bálcãs funcionaram como uma ponte entre o Oriente e o Ocidente, mas também como linha de fratura entre civilizações”*.

A Figura 1 mostra o crescimento da Sérvia entre 1817 e 1913, evidenciando como o Estado sérvio se expandiu às custas do recuo otomano.



FIGURA 1: Crescimento da Sérvia entre 1817 e 1913 (BENSON, 2001, p. xix).

Já a Figura 2 apresenta a fronteira militar entre a Áustria-Hungria e o Império Otomano, destacando os Bálcãs como linha divisória tripla: germânica, eslava e otomana.



FIGURA 2: Fronteira militar entre a Áustria-Hungria e o Império Otomano (BENSON, 2001, p. xx).

Em síntese, pode-se afirmar que os Bálcãs se consolidaram como um espaço de instabilidade crônica, marcado por disputas imperialistas e fronteiras em constante transformação. Até o momento histórico aqui revisitado, não se pode afirmar a existência de um interesse nacional alemão consolidado: observa-se apenas sua presença indireta por meio da Monarquia Austro-Húngara, sem configurar, de forma conclusiva, uma política alemã própria para a região.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E SARAJEVO

O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, tornou-se o estopim da Primeira Guerra Mundial. Como observa Benson (2001, p. 57), o atentado foi resultado direto das tensões nacionalistas nos Bálcãs, especialmente da ação de grupos como a Mão Negra, que defendiam a unificação dos povos eslavos sob liderança sérvia.

A Áustria-Hungria utilizou o episódio como justificativa para atacar a Sérvia, desencadeando uma reação em cadeia: a Rússia posicionou-se como protetora dos eslavos, a Alemanha apoiou a Áustria-Hungria, e França e Reino Unido entraram em defesa da Rússia. Os Bálcãs, assim, deixaram de ser apenas uma zona periférica de contato entre impérios e se tornaram o epicentro da escalada que levou ao conflito mundial.

O desenrolar da guerra evidenciou o papel central da região. A Sérvia resistiu inicialmente, mas em 1915 foi invadida por forças austro-húngaras, alemãs e búlgaras, transformando o *front* balcânico em palco de campanhas prolongadas e

extremamente sangrentas. Em 1917, a Grécia aderiu à Tríplice Entente (aliança formada por França, Reino Unido e Rússia), reforçando ainda mais o peso estratégico dos Bálcãs. O resultado foi devastador: a Sérvia sofreu enormes perdas humanas e deslocamentos populacionais, enquanto a Áustria-Hungria se enfraquecia progressivamente, incapaz de sustentar o esforço de guerra.

Com o fim da guerra e o desmembramento da Áustria-Hungria, foi criado em 1918 o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, posteriormente denominado Reino da Iugoslávia. Essa nova entidade política buscava realizar o ideal de unidade eslava, mas já trazia em seu interior tensões étnicas e religiosas que se revelariam nas décadas seguintes.

Concluindo parcialmente, observa-se que os Bálcãs não apenas simbolizaram a instabilidade imperial, mas se tornaram o gatilho da Primeira Guerra Mundial. A Alemanha aparece mais claramente vinculada ao destino austro-húngaro, mas ainda não se pode falar em uma política alemã autônoma para os Bálcãs. O que existia era uma solidariedade estratégica com Viena, que projetava Berlim diretamente na crise balcânica.

ENTRE GUERRAS E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Após a Primeira Guerra Mundial, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (posteriormente denominado Reino da Iugoslávia) buscava consolidar a unidade dos povos eslavos do sul. No entanto, desde o início, o novo Estado revelou uma profunda fragilidade política. As tensões étnicas e religiosas entre sérvios, croatas, eslovenos e outras comunidades minavam a estabilidade institucional, e os sucessivos governos enfrentavam dificuldades para construir uma identidade nacional comum. Como observa Benson (2001, p. 38), a breve experiência constitucional foi marcada por crises e pela incapacidade de conciliar os diferentes interesses regionais.

Essa fragilidade interna se tornaria ainda mais evidente durante a Segunda Guerra Mundial. Em abril de 1941, a Alemanha nazista e a Itália fascista invadiram a Iugoslávia, desmembrando o território em diferentes zonas de ocupação. Nesse contexto, foi criado o Estado Independente da Croácia (NDH), sob forte influência

alemã e italiana, governado pelo movimento Ustasha de Ante Pavelić.

O movimento Ustasha surgiu no final da década de 1920 como um grupo ultranacionalista croata, inspirado diretamente no fascismo italiano e no nazismo alemão. Pavelić, advogado e político croata, defendia a independência da Croácia contra o domínio sérvio no Reino da Iugoslávia e assumiu o título de *Poglavnik* (equivalente a *Führer* ou *Duce*). A ideologia Ustasha combinava separatismo croata, racismo, xenofobia, antissemitismo, anticomunismo e catolicismo militante, e utilizava métodos de terrorismo e violência política para alcançar seus objetivos.

Durante o governo do NDH, os *ustashas* promoveram perseguições sistemáticas contra sérvios, judeus, ciganos e opositores políticos, sendo responsáveis por genocídios e massacres que integraram o Holocausto e o *Porajmos* (genocídio cigano). Embora subordinado às potências do Eixo, o regime tinha autonomia para implementar políticas de terror interno, tornando-se um dos mais violentos Estados colaboracionistas da Segunda Guerra Mundial.

A ocupação estrangeira estimulou o surgimento de movimentos de resistência armada. De um lado, os *partisans*, liderados por Josip Broz Tito, organizados sob orientação comunista e com apoio da União Soviética. De outro, os *chetniks*, nacionalistas sérvios que inicialmente combateram os invasores, mas em alguns momentos colaboraram com os alemães e italianos contra os *partisans*. Essa guerra interna entre *partisans* e *chetniks* acrescentou uma dimensão de guerra civil à ocupação estrangeira, tornando a Iugoslávia um dos palcos mais complexos da Segunda Guerra Mundial.

A Figura 3 ilustra o desmembramento da Iugoslávia em 1941, evidenciando a fragmentação territorial e a multiplicidade de zonas de ocupação sob controle alemão, italiano e húngaro.

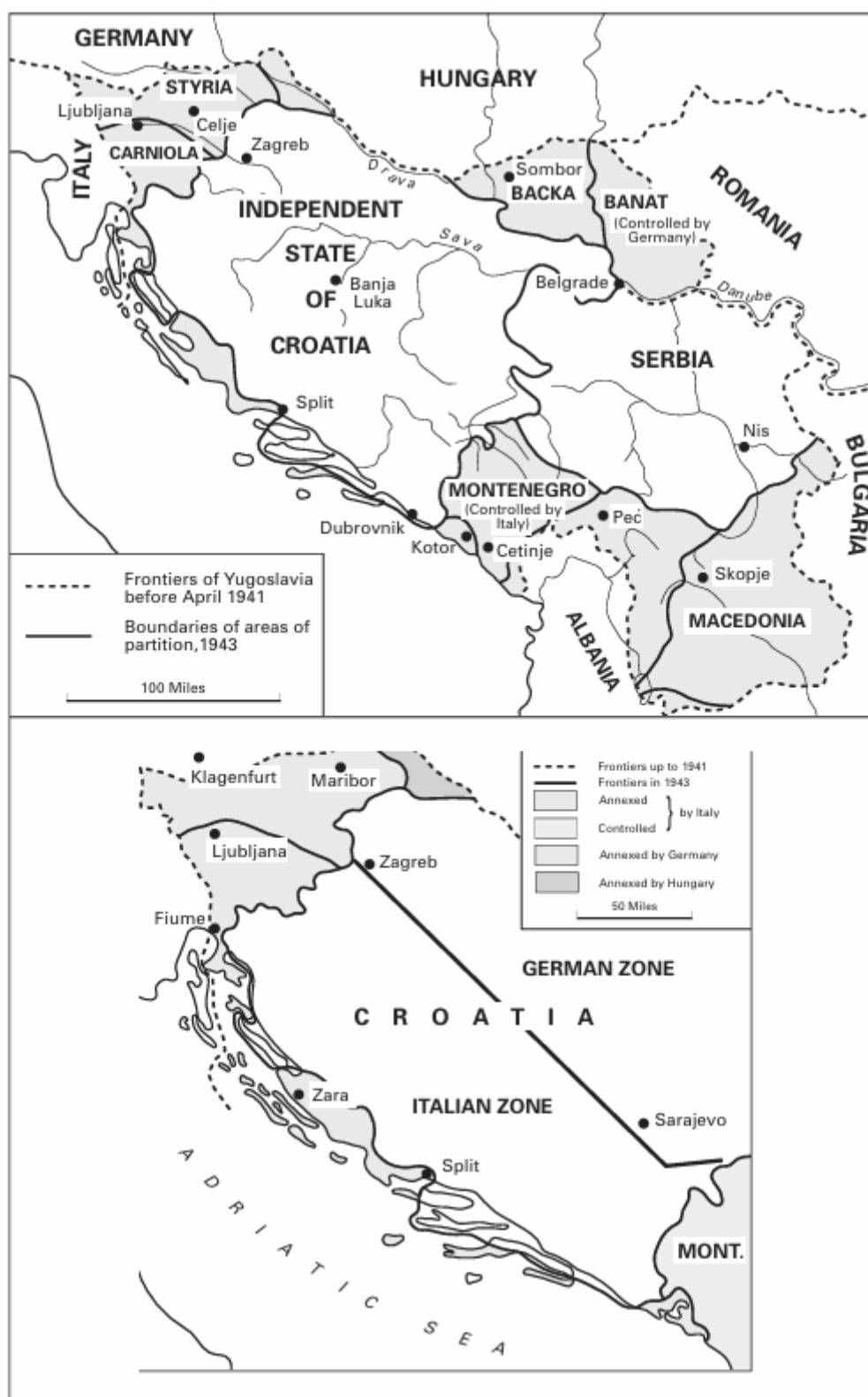


FIGURA 3: Desmembramento da Iugoslávia em 1941 (BENSON, 2001, p. xxv).

A partir de 1943, com a derrota italiana e o recuo progressivo das forças alemãs nos Bálcãs, o equilíbrio militar começou a mudar. A capitulação da Itália em setembro

daquele ano desorganizou parte da ocupação fascista, enquanto o avanço soviético em 1944 pressionava os alemães a abandonarem gradualmente a região. Nesse cenário, os partisanos de Tito ganharam força, recebendo apoio logístico da União Soviética e dos Aliados ocidentais, e passaram a assumir o protagonismo da resistência contra o Eixo.

Em 1945, com a retirada das forças alemãs e italianas da região, os ustashas ficaram isolados diante da ofensiva dos partisanos, o que levou ao colapso do governo do Estado Independente da Croácia (NDH). Isso marcou o fim da experiência colaboracionista nos Bálcãs. Ante Pavelić fugiu para o exílio, enquanto os partisanos de Tito, apoiados pela União Soviética e pelos Aliados ocidentais, consolidaram sua posição como força dominante. Diferentemente dos chetniks, cuja credibilidade foi abalada por colaborações ocasionais com o Eixo, os partisanos foram reconhecidos internacionalmente como legítimos representantes da resistência iugoslava. Esse triunfo abriu caminho para a fundação da República Federativa Popular da Iugoslávia, inaugurando a era socialista sob a liderança de Tito.

Podemos afirmar que a intervenção alemã nos Bálcãs durante a Segunda Guerra Mundial revela um interesse estratégico conjuntural, vinculado às necessidades militares do Reich e à lógica da guerra total. Embora a criação do Estado Independente da Croácia e a ocupação direta indiquem influência alemã, não se pode interpretar esse movimento como uma política de longo prazo para os Bálcãs, mas sim como parte da conjuntura da guerra.

TITO E A IUGOSLÁVIA SOCIALISTA

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota definitiva dos regimes colaboracionistas, os partisanos de Tito emergiram como força dominante nos Bálcãs. Reconhecidos internacionalmente como legítimos representantes da resistência, eles assumiram o poder e, em 1946, proclamaram a República Federativa Popular da Iugoslávia, posteriormente denominada República Socialista Federativa da Iugoslávia.

O novo regime se caracterizou por uma combinação singular de socialismo e federalismo. A federação foi organizada em seis repúblicas (Sérvia, Croácia,

Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedônia) e duas províncias autônomas dentro da Sérvia (Kosovo e Voivodina). Esse arranjo buscava equilibrar as tensões étnicas e regionais, oferecendo autonomia relativa às diferentes nacionalidades, ao mesmo tempo em que mantinha a unidade sob liderança centralizada.

Nos primeiros anos, Tito manteve relações estreitas com a União Soviética, mas em 1948 rompeu com Stalin, afastando-se da esfera soviética. A Iugoslávia seguiu um caminho próprio, adotando o chamado socialismo autogestionário, que permitia maior participação dos trabalhadores na gestão das empresas e diferenciava o país dos modelos soviéticos. Esse distanciamento abriu espaço para uma aproximação com o Ocidente, que passou a ver a Iugoslávia como um contrapeso à influência soviética nos Bálcãs.

No plano internacional, o marechal Josip Broz Tito (Figura 4) projetou a Iugoslávia como liderança do nascente Movimento dos Países Não-Alinhados, ao lado de Nasser (Egito) e Nehru (Índia).



FIGURA 4: Retrato do Marechal Tito em uniforme militar (imagem criada por inteligência artificial).

O país desempenhou papel ativo na descolonização africana e asiática, oferecendo apoio político e diplomático a novos Estados independentes. Essa postura reforçou a imagem da Iugoslávia como ponte entre Leste e Oeste, capaz de dialogar com ambos os blocos sem se subordinar a nenhum deles.

A aproximação com o Ocidente também se refletiu em relações econômicas, especialmente com a Alemanha Ocidental, que se tornou um dos principais parceiros comerciais da Iugoslávia. Essa cooperação contribuiu para modernizar setores da economia, mas não configurou uma aliança estratégica: tratava-se de vínculos pragmáticos, condicionados pela lógica da Guerra Fria e pela necessidade iugoslava de diversificar suas fontes de apoio.

A Figura 5 mostra a configuração territorial da Iugoslávia socialista entre 1945 e 1991, com as repúblicas e províncias autônomas que compunham a federação.



FIGURA 5: A Iugoslávia socialista, 1945–1991 (BENSON, 2001, p. xxvi).

A análise desse período da Iugoslávia sob a liderança de Tito nos revela uma experiência única de socialismo independente, capaz de equilibrar tensões internas e projetar influência internacional. O reconhecimento internacional, a ruptura com a esfera soviética e a aproximação com o Ocidente permitiram ao país desempenhar papel ativo no Movimento dos Não-Alinhados e na descolonização. Nesse contexto, a Alemanha Ocidental destacou-se como parceira econômica relevante, mas não necessariamente estratégica nos Bálcãs, já que sua atuação esteve condicionada pela lógica da Guerra Fria e pela divisão entre blocos.

FIM DA ERA TITO E A CRISE DA FEDERAÇÃO

A morte de Josip Broz Tito, em maio de 1980, marcou o início de um período de vácuo de liderança na Iugoslávia. Durante décadas, Tito havia sido o fiador da unidade federativa, equilibrando as tensões entre sérvios, croatas, eslovenos, bósnios, montenegrinos e macedônios. Sua ausência abriu espaço para o ressurgimento de nacionalismos regionais, que rapidamente se transformaram em disputas políticas e étnicas.

Sem a figura central de Tito, a federação revelou sua fragilidade institucional. O sistema de presidência coletiva, criado para substituir o poder pessoal de Tito, mostrou-se incapaz de conter as rivalidades entre as repúblicas. Ao mesmo tempo, a crise econômica agravava a instabilidade: inflação crescente, endividamento externo e desemprego corroíam a legitimidade do modelo autogestionário e aumentavam o descontentamento social.

Nesse contexto, a diáspora croata e eslovena na Alemanha Ocidental desempenhou papel relevante. Desde os anos 1960, milhares de trabalhadores iugoslavos migraram para a Alemanha como parte dos programas de Gastarbeiter, estabelecendo vínculos econômicos e sociais duradouros (MOLNAR, 2014).

Além da dimensão laboral, comunidades organizadas criaram associações culturais e políticas, que serviram como redes de apoio às demandas nacionalistas. Parte dessa diáspora se engajou em movimentos separatistas, chegando a organizar atos de violência contra representações diplomáticas e instituições iugoslavas no exterior, especialmente na Alemanha Ocidental, durante a Guerra Fria (TOKIĆ, 2020).

Embora não se possa reduzir toda a diáspora a esses grupos radicais, sua presença contribuiu para manter viva a pauta da independência croata e eslovena no espaço político alemão e aproximar setores da sociedade e da política da Alemanha Ocidental das demandas croata e eslovena (WINLAND, 2005).

A Figura 6 mostra a distribuição dos povos na Iugoslávia em 1991, evidenciando a complexidade étnica da federação e os potenciais focos de conflito.



FIGURA 6: Distribuição dos povos na Iugoslávia, 1991 (BENSON, 2001, p. xxviii).

Dito isso, podemos concluir que o fim da era Tito abriu espaço para o ressurgimento das tensões étnicas e para a fragilidade institucional da federação. A crise econômica agravou o cenário, enquanto os vínculos da diáspora croata e eslovena na Alemanha Ocidental criaram canais de influência que podem ajudar a explicar a rapidez com que a Alemanha reconheceu as independências dessas repúblicas em 1991. Essa hipótese, de caráter exploratório, prepara o terreno para o projeto “Entendendo as Origens da dissolução da Iugoslávia”, no qual será aprofundada em artigos posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Iugoslávia, analisada ao longo deste artigo, evidencia um entrelaçamento complexo de fatores étnicos, imperialistas e geopolíticos que moldaram os Bálcãs no século XX. A pluralidade cultural sob o sistema otomano, a formação do Reino da Iugoslávia, a ocupação nazifascista, a resistência dos partisanos e a consolidação da federação socialista sob Tito revelam uma constante tensão entre projetos de unidade e forças de fragmentação.

A hipótese exploratória que orientou esta análise, em especial a existência de um interesse alemão nos Bálcãs, encontra respaldo parcial em diferentes momentos históricos. A presença indireta da Alemanha via Áustria-Hungria, a ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial e os vínculos econômicos com a Alemanha Ocidental no período socialista sugerem uma continuidade de influência, ainda que não necessariamente uma política estratégica de longo prazo. No

contexto da crise federativa pós-Tito, os vínculos da diáspora croata e eslovena na Alemanha Ocidental reforçam a possibilidade de que o rápido reconhecimento alemão das independências em 1991 tenha resultado de uma convergência entre fatores históricos e decisões conjunturais.

Cabe destacar, contudo, que este artigo não pretende encerrar a questão. O caráter exploratório da hipótese abre caminho para investigações futuras, especialmente no âmbito de um projeto em desenvolvimento sobre as origens da dissolução da Iugoslávia, no qual a análise será aprofundada em etapas posteriores. Assim, o presente estudo deve ser entendido como uma preparação metodológica, que oferece bases interpretativas para compreender os desdobramentos que levaram à fragmentação da federação iugoslava.

REFERÊNCIAS

AVIV, Efrat. *Millet System in the Ottoman Empire*. In: Oxford Bibliographies in Islamic Studies. Oxford University Press, 2016.

BENSON, Leslie. *Yugoslavia: A Concise History*. Basingstoke: Palgrave, 2001.

BOR, Yunus. *Millet System in Ottoman Empire: An Extraordinary Policy with Extraordinary Implications*. Akademik Tarih ve Düşünce Dergisi, v. 12, n. 4, p. 806–815, 2025.

BRITANNICA. *The Tanzimat reforms (1839–76)*. Encyclopaedia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ottoman-Empire/The-Tanzimat-reforms-1839-76>.

CLEMENTS, Henry. *The “Millet” Paradigm: On Difference in the Late Ottoman Empire*. Comparative Studies in Society and History, Cambridge University Press, 2025.

COPILOT. *Retrato de Josip Broz Tito*. Imagem elaborada por inteligência artificial. 2025.

MOLNAR, Christopher A. *Imagining Yugoslavs: Migration and the Cold War in Postwar West Germany*. Central European History, v. 47, n. 1, p. 138–169, 2014.

PAMBAZUKA NEWS. *NATO and the Fall of Yugoslavia.* Pambazuka Press, 2000.

SOVEREIGN LIMITS. *A Brief History of the Balkans (Yugoslavia).* Sovereign Limits, 2020.

STEVES, Rick. *Understanding Yugoslavia.* Rick Steves' Europe, 2019. Disponível em: <https://www.ricksteves.com/>.

TOKIĆ, Mate Nikola. *Croatian Radical Separatism and Diaspora Terrorism During the Cold War.* West Lafayette: Purdue University Press, 2020.

****Marco Antonio de Freitas Coutinho** é coronel da reserva do Exército Brasileiro, bacharel em Ciências Militares pela AMAN, mestre em Operações Militares pela EsAO e em Ciências Militares pela ECEME. Coutinho é pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciência Política Internacional pela Fundação Universitária Iberoamericana (Espanha). Pode ser contatado pelo e-mail: marccoutinho@hotmail.com. Acompanhe também seu Substack: <https://substack.com/@marccoutinho>.*
